

## A solidariedade na economia e a Economia Solidária das cooperativas

Solidarity in the economy and the solidarity economy of cooperatives

Vinícius Ferreira Baptista<sup>1</sup>  
viniciusferbap2007@hotmail.com

---

**Resumo.** O presente ensaio tem por finalidade discutir a solidariedade nas cooperativas. Para isso, foram analisados primeiramente alguns aspectos da Economia Popular e Solidária. Em seguida, é apresentada uma breve consideração sobre cooperativismo. Posteriormente, discute-se a construção da economia solidária e da solidariedade nas cooperativas por meio da igualdade e lealdade entre os agentes. Compreendeu-se, por meio do estudo, que a lealdade é fundamental à sobrevivência, não somente da cooperativa ou do empreendimento solidário em si, mas é basilar à sobrevivência dos ideais de cooperação, coletividade e solidariedade. O maior desafio não é o de erguer um empreendimento solidário, mas mantê-lo solidário diante das exigências do mercado em que se insere.

**Palavras-chave:** Economia Popular e Solidária, cooperativas, cooperativismo.

**Abstract.** This essay aims to discuss solidarity in the cooperatives. For this, we first analyze aspects of the Solidarity Economy. Then we present a brief consideration about cooperativism. Later we discuss the construction of the solidarity economy and of solidarity in cooperatives through equality and fairness among its agents. We understand, through this study, that loyalty is the key to survival, not only of the cooperative or the solidarity enterprise itself, but it is fundamental for the survival of the ideals of cooperation, solidarity and collectivity. The biggest challenge is not to build a solidarity enterprise, but to keep solidarity vis-à-vis the requirements of the market in which it is located.

**Keywords:** Solidarity Economy, cooperatives, cooperativism.

---

### Introdução

Uma Economia Popular e Solidária, ou a solidariedade na economia, só pode ser empreendida sobre bases igualitárias pelos que se associam para produzir, comerciar ou poupar, o que Paul Singer (2002) denomina associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. O autor entende que, se toda economia fosse solidária, a desigualdade seria menor.

Ainda assim, Singer contextualiza que, mesmo se as cooperativas colaborarem entre

si, a competitividade faria surgir cooperativas melhores e outras piores, em função de vários aspectos (habilidade, capacidade, recursos, etc.), e também inclinações das pessoas que as compõem. Isso exigiria a intervenção do Estado para a igualação periódica das vantagens e desvantagens evitando situações cumulativas e para que se “redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito” (Singer, 2002, p. 10).

A Economia Popular e Solidária, segundo Singer (2002), é um “modo de produção”, com

---

<sup>1</sup> Administrador. Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Assistente do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rodovia BR 465, Km 7, DCAC/ICSA, 23890-000, Seropédica, RJ, Brasil.

base na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. O resultado é a solidariedade e a igualdade. Mas, para sua reprodução, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Barbosa (2007) faz um contraponto a essa definição de Economia Popular e Solidária como “modo de produção”; para ela, a economia solidária não seria um modo de produção diferente, mas apresenta um “modo de produzir” diferente, pois entendê-la como modo de produção diferente seria uma ideia incipiente e que só pode ser compreendida como totalidade. Para a autora, o capital é uma totalidade que se movimenta em busca de maior acumulação por diferentes mediações históricas que fazem parte e que não são deixadas de lado na economia solidária.

### **Breve consideração sobre o cooperativismo**

A origem do cooperativismo é atribuída à experiência de operários do bairro Rochdale, localizado na cidade de Manchester, na Inglaterra, a qual vivia o auge da Revolução Industrial. Um grupo de 28 tecelões inspirados nas ideias de Charles Fourier e Robert Owen sobre uma sociedade sem conflitos ou desigualdades criou, em 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, por meio de um fundo constituído pela economia mensal de cada participante.

Segundo Simioni *et al.*, os tecelões buscavam “uma alternativa econômica que lhes permitisse sobreviver naquela nova realidade, criando uma cooperativa de consumo, a fim de evitarem as especulações dos intermediários”. Surgiu a constituição do Armazém de Rochdale, que “começou a mudar os padrões econômicos da época, dando origem ao que se conhece como movimento cooperativista” (Simioni *et al.*, 2009, p. 742).

No Brasil, o marco inicial das cooperativas remonta à fundação da Colônia Teresa Cristina, em 1847, no estado do Paraná, instituída pelo médico francês Jean Maurice Faivre. A iniciativa durou pouco tempo, devido à “falta de ambiência política e econômica favorável”. À medida que imigrantes europeus chegaram às lavouras do Sul do Brasil, já no final do século XIX, o quadro mudou. As primeiras cooperativas criadas foram as agrícolas e as de consumo, posteriormente as de crédito. A Constituição de 1891 viabilizaria a implantação de cooperativas e consolidaria o movimento no País (Simioni *et al.*, 2009).

É no contexto da década de 1990 que se observa a ampliação de experiências de economia popular e solidária na América Latina e no Brasil; contudo, “embora a maioria dos empreendimentos tenha surgido ou ganhado impulso na conjuntura dos anos 90, há experiências mais antigas que apontam para uma diversidade de demandas e de interesses, temporais e espaciais” (Santos e Deluiz, 2009, p. 332).

### **A Economia Popular e Solidária**

Santos e Deluiz situam que a crise do trabalho que vem incidindo sobre os países periféricos, nas últimas décadas, surge como “consequência de dois processos estruturais de evolução do capitalismo”, no caso, o de avanços na modernização dos processos produtivos e dos mercados nos países centrais e o de configuração do Estado, este que, “com suas crises fiscais, acompanhadas da ausência de políticas públicas sociais”, tem reorganizado a sua agenda social (Santos e Deluiz, 2009, p. 330).

Silva e Oliveira também compartilham de tal análise da conjuntura, ao destacarem que as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas décadas de 1970 e 1980 afetaram negativamente muitos trabalhadores. Tais transformações compreendem aspectos como a crise do antigo modelo fordista-taylorista de produção, as inovações tecnológicas e novas formas de gestão da produção que reduziram “a necessidade de mão de obra e/ou possibilitaram a transferência das unidades produtivas” para locais que oferecessem custos produtivos mais baixos. As consequências dessas transformações vieram sob a forma de crescente desemprego, aumento das desigualdades sociais e de concentração de renda, aumento da pobreza e enfraquecimento de instituições representativas de trabalhadores (Silva e Oliveira, 2009, p. 60).

A questão do trabalho assumiu proporções que vão além da mera questão econômica. Perpassam aspectos que vão desde a reconfiguração da ação estatal, por meio das políticas sociais, e chegam até a mobilização dos movimentos sociais, que demandam, por meio da participação ativa, ações voltadas ao trabalho.

Os autores anteriormente destacados situam, quanto à modernização da produção e dos mercados, que as mudanças tecnológicas e a reestruturação dos mercados internacionais atingiram especialmente a América Latina, o que acentuou “o esgotamento da

absorção da força de trabalho”; concomitantemente, ampliaria “o acesso à satisfação das necessidades e aspirações de determinados segmentos da população” (Santos e Deluiz, 2009, p. 330). Desta forma, determinados grupos sociais foram postos à margem dessas mudanças, estando à parte de condições de vida minimamente satisfatórias, em relação à outros grupos sociais.

As origens da exclusão social, para Rosa *et al.*, “remontam ao advento da sociedade moderna e suas consequências”, as quais seriam o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional e as desigualdades de renda e de acesso aos serviços, que, “aliadas ao fim do Estado-providência, foram determinantes neste processo” (Rosa *et al.*, 2006, p. 259). Este fim do Estado-providência apontado por Rosa refere-se ao implantado na Europa.

Quanto ao segundo aspecto, o de configuração do Estado, Santos e Deluiz destacam que se tem a realidade de um Estado que “não tem conseguido assegurar, de forma efetiva e permanente, recursos e serviços voltados para o interesse público”, além de possuir políticas sociais que “vêm sendo efetivadas, em grande medida, pelas ações do mercado, através da privatização dos serviços e da constituição de um setor público não estatal, onde atuam várias organizações, entre elas as organizações não governamentais (ONGs)” (Santos e Deluiz, 2009, p. 330).

Para os autores, esses dois processos configuram um dualismo estrutural em que são afetadas a economia e a vida cotidiana dos sujeitos. O conjunto da economia “está organizado segundo a lógica do capital e de sua acumulação”; além disso, os interesses na sociedade permeiam um sistema “hegemonizado pelos interesses do capitalismo internacionalizado”. Por outro lado, o conjunto da economia está também orientado pela lógica do trabalho e de sua “reprodução ampliada”, que confronta essa hegemonia e afirma a “primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos” (Santos e Deluiz, 2009, p. 330).

Na medida em que há exclusão social, “o excluído é aquele que não exerce sua cidadania e é visto como um subcidadão que flutua ao sabor da estrutura social, sendo incapaz de reagir às suas instituições, estando assim preso a condições de vida por vezes subumanas” (Rosa *et al.*, 2006, p. 259-260).

Desta forma, a exclusão social compreende um processo dinâmico de desintegração social em que “há uma situação de privação coletiva”, na qual indivíduos ou grupos são levados à “margem das diversas relações econômicas, sociais, políticas e culturais de uma dada sociedade”, o que inclui também o compartilhamento de um “estado de pobreza, de discriminação, de subalternidade, de não equidade, de não acessibilidade e de não representação pública” (Wanderley *in* Rosa *et al.*, 2006, p. 260).

Neste sentido, o capitalismo reduziria a condições mínimas a capacidade de igualdade entre diferentes grupos sociais, acentuando as diferenças entre grupos, determinando relações sociais de desigualdade no acesso à participação política e social, além de manter uma lógica econômica excludente. Visando ir contra tal corrente, surgem alternativas que visam reconfigurar aspectos da produção e dos mercados. Entre estas alternativas está a Economia Popular e Solidária.

A Economia Popular e Solidária “é o resultado de experiências, atividades e iniciativas que, estando deslocadas dos dois sistemas formais de destinação de recursos – mercado e Estado –, precisam organizar e garantir caminhos de subsistir”, uma vez que não estão intrinsecamente associadas e expostas às falhas dos mesmos e precisam garantir a “satisfação de suas necessidades econômicas”. Tal garantia se daria por meio da “utilização da força de trabalho e dos recursos disponíveis dos setores populares nas suas atividades econômicas e práticas sociais” (Santos e Deluiz, 2009, p. 330).

A Economia Popular e Solidária se expressaria de diferentes formas; contudo, não se configura como um modo de produção diferente, mas um *modo de produzir* diverso, como apontado na introdução por Barbosa (2007). A Economia Popular e Solidária é um modo de produzir não associado exclusivamente ao provimento de bens e serviços, mas também condicionado à reorganização de práticas sociais com vistas à própria maneira de se produzir.

Para Santos e Deluiz, nessa economia, “as formas de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e se desenvolver ocorrem através de características próprias, consideradas como alternativas ao modo de produção capitalista hegemônico”. Os autores a destacam por possuir uma racionalidade especial, uma vez que implica mudanças “comportamentais, sociais e pessoais na organização da produção e das empresas”, assim como nas “formas de consumo e acumulação”, mas notadamente “na

destinação de recursos e distribuição de bens e serviços produzidos” (Santos e Deluiz, 2009, p. 330-331).

Singer (2003, *in* Santos e Deluiz, 2009) caracteriza essa economia como o arranjo de produtores, consumidores e poupadores que se diferencia por duas especificidades: o estímulo à solidariedade entre os membros integrantes por meio da prática da autogestão e prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com destaque aos mais desfavorecidos, sendo a cooperativa uma das formas mais comuns desta espécie de empreendimento.

A Economia Popular e Solidária, ainda segundo Singer (2002), surgiu para maximizar a quantidade e qualidade do trabalho em vez do lucro; é uma empresa de trabalhadores que são, secundariamente, os seus proprietários. O próprio autor já situava que a reinvenção dessa economia se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas de lógica oposta às suas próprias, concluindo que

*cumprir observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e outras igrejas, sindicatos e universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem, entre os trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes, os princípios do cooperativismo e conhecimento básico à criação de empreendimentos solidários (Singer, 2002, p. 112).*

### **As cooperativas e a construção da Economia Popular e Solidária por meio da solidariedade: como trazer a igualdade e mantê-la?**

Durante a década de 1990, no Brasil, começa a circular uma nova concepção de cooperativismo associada à economia solidária. Esta teria como objetivo, além de oferecer uma alternativa de trabalho e renda, construir “um modelo econômico baseado na relação entre iguais, através da eliminação das desigualdades e da exploração do trabalho fundadas em relações de propriedade” (Silva e Oliveira, 2009, p. 60).

As cooperativas surgiriam como proposta alternativa ao modelo de trabalho prevalente na sociedade moderna, a qual, extrema-

mente exigente e complexa, acaba por excluir grande medida da força de trabalho. Por outro lado, não se deve ter em mente o infundado pensamento de que as cooperativas são alternativas ao desemprego. Como destacado por Conceição, “torna-se injusto culpar as pessoas desempregadas e, hoje, trabalhando [...] em sistemas de cooperativismo. [...] a própria criação de cooperativa não é uma alternativa ao desemprego” (Conceição, 2003, p. 184). O autor vai além:

*Cabe lembrar que, até pouco tempo atrás, a criação de postos de trabalho era uma responsabilidade coletiva, do governo, empresários, e essa responsabilidade, agora, foi transferida para o indivíduo, como se não houvesse obstáculos de toda ordem: sociais, econômicos, históricos e culturais, aportes fundentes universais e seculares deste entorno (Conceição, 2003, p. 184).*

As cooperativas surgem em um cenário em que prevalecem as desigualdades nos mais diversos aspectos e que impactam na própria forma de associação entre as pessoas. Entre os que estão à margem há desigualdades, uma vez que os mesmos são levados à situação de exploração econômica, social e política por parte de outros, ou seja, entre os desiguais há desigualdade. As relações sociais são díspares, e este é o desafio dos sistemas cooperativistas: iniciar as bases pautadas pela igualdade e mantê-las posteriormente.

Uma cooperativa que funciona “sob os preceitos da economia solidária deve primar pelas relações simétricas entre os seus associados”; tal medida poderia ser alcançada por meio da implantação de um processo de “autogestão que garanta a todos o direito de participar de forma igualitária da gestão e dos resultados do empreendimento econômico” (Silva e Oliveira, 2009, p. 60).

Por outro lado, ainda que “nascida” sob os preceitos da igualdade, a questão da Economia Popular e Solidária como tentativa de construção de um novo modelo econômico mais justo e igualitário é muito complexa. Rosa *et al.* sublinham que “qualquer tentativa de ruptura com a lógica do capital que esteja baseada numa racionalidade de caráter instrumental estaria fadada ao fracasso”, uma vez que, se o empreendimento solidário é contaminado pela busca incessante de eficiência econômica, a qual requer a competitividade e não a solidariedade, não há possibilidade de ruptura (Rosa *et al.*, 2006, p. 263). Esta racionalidade implicaria um desenvolvimento socioe-

conômico pautado pela “criação de riqueza” e de “maiores lucros”, o que vai ao encontro do sistema capitalista.

Uma hipótese levantada por alguns autores entende que, no contexto referente às características socioeconômicas dos agentes relativamente semelhantes, a “desigualdade em termos da distribuição de capital social tende a ser um importante fator explicativo das eventuais assimetrias nas posições ocupadas pelos indivíduos atuantes neste espaço social” (Silva e Oliveira, 2009, p. 60). Desta forma, as assimetrias iniciais implicariam limites na instituição de igualdade nas relações sociais.

Por capital social entende-se o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, vinculação a algum grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (Bourdieu *in* Silva e Oliveira, 2009, p. 61).

Para os autores, o capital social perpassa as relações sociais, implicando a “inserção dos agentes em uma rede de relações sociais”, envolvendo os “recursos materiais e/ou simbólicos (informações, influência, prestígio, confiança, reconhecimento, suporte) que indivíduos e grupos adquirem através das relações que constroem, acumulam e mantêm” por meio de contatos. Tal capital social pode ser convertido em outras formas de capital, tais como capital econômico, simbólico ou cultural (Silva e Oliveira, 2009, p. 61).

As cooperativas são formas de capital social; envolvem relações sociais e diversos tipos de capitais. Neste sentido, o capital social é transformado em outras formas de capital. O capital social sempre se funda em relações sociais, mas, segundo Silva e Oliveira (2009), em termos de geração de capital social para os agentes envolvidos nas relações sociais, nem todas estas têm a mesma “produtividade”, uma vez que a mesma determina “as diferentes possibilidades dos agentes se apropriarem dos recursos produzidos e/ou em circulação nesta rede” (2009, p. 61). Neste ponto, entende-se a afirmação de que entre os desiguais ainda existe a possibilidade de haver desigualdade.

A lógica do capital permeia as relações da Economia Popular e Solidária. Empreendimentos solidários podem não estar intrinse-

camente associados ao mercado ou ao Estado, todavia, não estão imunes ao capitalismo. O capital social envolvido pode ser voltado à lógica capitalista. As relações sociais envolvidas dentro de uma cooperativa de catadores, por exemplo, trazem laços de conexão e afetividade em relação à mesma. Seus associados podem estar voltados à produção, não no sentido de acumulação ou lucro, como previsto pela lógica do capital, mas estar voltados ao desenvolvimento do trabalho e ao exercício pleno do mesmo. Neste contexto, o entendimento do capital social como propulsor ao pleno desenvolvimento da cooperativa no plano solidário é essencial.

Um empreendimento solidário é criado, *a priori*, sobre bases igualitárias. Seus associados, em um primeiro momento, estão voltados em esforços conjuntos ao pleno desenvolvimento das atividades cooperativistas. Por outro lado, a cooperativa está inserida em um sistema que espera e fomenta competitividade e consumo latentes. A cooperativa, quando bem-sucedida, se vê às voltas com o atendimento às demandas recorrentes; quando malsucedida, se vê às voltas com a busca por essa demanda. Em ambos os casos, a cooperativa se volta a buscar atender ou perseguir determinada demanda de mercado.

A cooperativa, neste caso, passa a transformar seu capital social que, inicialmente, seria a solidariedade e o espírito do cooperativismo. Quando absorvida pelo sistema capitalista, pode haver o abandono desse capital social. Desta forma, perde-se a solidariedade na economia que se propõe a ser solidária, e a cooperativa se transforma em uma empresa comum. Como resgatar e manter a solidariedade? Melhor ainda: como instituir a solidariedade na economia?

Silva e Oliveira situam que, por meio de uma racionalidade substantiva, há a possibilidade dos empreendimentos solidários romperem com a lógica do capital. A possibilidade desse rompimento e o redirecionamento dos esforços para a redução das desigualdades que aponte para uma relação solidária entre as pessoas está na construção de “um modelo de gestão que integre as diversas demandas” e “que considere prioritária a integração dos interesses sociais, políticos e econômicos” (Silva e Oliveira, 2009, p. 263).

Simioni *et al.* entendem que as características da cooperativa tradicional “são as de uma organização defensiva, cuja função primária é manter outros competidores num mercado

mais honesto”, o que tem levado as cooperativas a “investirem mais em capital físico que intelectual; a atenderem às necessidades de diferentes membros no que se refere a tamanho, à qualificação e a compromisso; a requererem o recebimento de todo o produto e a oferecerem uma ampla variedade de serviços, devido a sua preocupação social” (Simioni *et al.*, 2009, p. 740). As cooperativas, em um sentido amplo, surgem em bases e com propósitos solidários, mas se veem posteriormente voltadas ao atendimento do capital e, neste momento, se perdem na polarização entre solidariedade e competição.

Ao surgir em bases solidárias, o primeiro desafio das cooperativas é a construção do consenso. A cooperativa pressupõe, como preceitos basilares, a existência de uma postura mais ética e de respeito mútuo que, todavia, não garante a inexistência de conflitos.

Na “construção” do contrato social entre cooperativa e associados, não são estabelecidos acordos “que garantam a entrega da produção”. Construção entre aspas, no sentido de que esse “contrato” está implícito “pelo fato do cooperado fazer parte da organização e ser responsável pelo seu desenvolvimento e sustentabilidade” (Simioni *et al.*, 2009, p. 741). Esse fato importa uma dupla qualidade, a qual Barbosa (2007) situa no sentido de que os sócios cooperativados, além de proprietários, são provedores da força de trabalho, ou seja, há uma duplicidade de identidade do cooperado. Essa dupla qualidade advém do regime autogestionário e auxiliar que caracteriza as cooperativas.

*A dupla qualidade dos membros da cooperativa explica-se porque este tipo de sociedade inverte os meios e fins que caracterizam as sociedades empresariais não cooperativas: enquanto nestas, a atividade societária é um alcance dos fins empresariais (lucro), nas cooperativas, as atividades empresariais são o meio de alcance do objetivo societário (acréscimo de renda direta ou indireta) (Krueger, 2003, p. 9, grifo nosso).*

A rentabilidade possui ligação direta com a lealdade, a qual seria o melhor “indicador” de uma relação em longo prazo. A lealdade é uma questão interessante para análise, uma vez que a mesma representa o momento inicial em que há a firmação das bases solidárias. Uma vez perdido o compromisso solidário com a cooperativa, a probabilidade de o empreendimento fracassar ou engrenar positivamente de vez (em bases capitalistas) é grande. O fracasso seria ad-

vindo da quebra da solidariedade e o impulso “positivo” da competição entre os membros.

A “quebra” da lealdade representaria a despectuação com os propósitos da solidariedade. A sobrevivência do cooperativismo seria posta em xeque. Como apontam Simioni *et al.* (2009, p. 741), no caso dos agentes envolvidos no cooperativismo, “a base para a construção e sustentação de um relacionamento de sucesso é o comprometimento e a confiança entre as partes envolvidas”. Para tal, a sobrevivência desse sistema está cada vez mais ligada “a sua profissionalização, à transparência e à praticidade” (Simioni *et al.*, 2009, p. 741).

### **A sustentabilidade das cooperativas: a questão da lealdade**

Como exposto até o momento, as cooperativas surgem associadas ao significado de instituição de uma Economia Popular e Solidária, em bases pautadas pela solidariedade e igualdade entre seus agentes. Contudo, ressalte-se que, uma vez instituídas, as cooperativas estão inseridas em um sistema socioeconômico, político e institucional voltado à acumulação e ao lucro. Neste sentido, as mesmas lutam pelo espaço a fim de manterem seus ideais associativos originais: a cooperação, a solidariedade, a ética e o respeito mútuo. A “luta” acontece em uma arena mais “favorável” ao capital, o que dificulta às cooperativas se pautarem pela igualdade na sua forma de atuação.

A linha tênue entre a solidariedade e a competição marca a existência das cooperativas. Com isso não se quer dizer que se toma deliberadamente a decisão de transformar a cooperativa em uma empresa para que a mesma possa competir no mercado. Por outro lado, há de se levar em consideração que, no próprio mercado, as cooperativas competem entre si em busca das melhores oportunidades.

O que se quer dizer é que a lógica competitiva de mercado vai atravessar as relações sociais e o capital social das cooperativas, exigindo a maximização de resultados econômicos. Por um lado, as cooperativas necessitam de recursos para a manutenção do empreendimento, mas que custo tal necessidade pode trazer?

O maior risco é o desvio do modelo solidário instituído pelo cooperativismo e sua troca pelo modelo capitalista, de caráter “racional” e instrumental. Com isso, os valores e as relações sociais entre os membros da organização são postos de lado pelo que Rosa *et al.* (2006) destacam como “cálculo utilitário de resultados”.

A operacionalização das cooperativas atravessa o constante monitoramento de seu caráter institucional. Afirmam Rosa *et al.* que, para que a proposta de gestão democrática e o modelo solidário de economia sejam resguardados, “torna-se indispensável a manutenção de uma racionalidade substantiva por meio da preservação do modelo ‘Rochdale’ de organização cooperativa”. Tal modelo, cujo controle é realizado pelos próprios cooperados, remonta e reflete os princípios da filosofia cooperativista surgida em 1844 (Rosa *et al.*, 2006, p. 265).

Por outro lado, alguns autores como Simioni *et al.* analisam que “o acirramento das vantagens competitivas exige das cooperativas estruturas organizacionais enxutas para atender tanto à demanda de seus associados como para se posicionarem positivamente no mercado”, o que as tornaria “mais fortes e competitivas”. Os autores prosseguem, destacando que “a cooperativa precisa estar apta a participar em igualdade de condições com empresas não cooperativas, num mercado competitivo e diversificado” (Simioni *et al.*, 2009, p. 743).

Desta forma, as cooperativas seriam intermediárias entre o mercado e as economias dos cooperados e seu maior desafio seria organizar e se preparar para as demandas sociais e se desenvolverem em meio a um cenário altamente competitivo.

Bialoskorski Neto considera que as cooperativas, por terem como características a não lucratividade, são de difícil controle por parte dos cooperados, seja por meio individual ou por assembleia geral. A sua estrutura doutrinária seria outro fator que dificultaria sua gestão. Ainda, segundo o autor, deve-se ter em consideração que cada associado é uma empresa que tem o papel de crescer concomitantemente ao empreendimento cooperativo, ou seja, a eficiência dos associados do empreendimento também confere eficiência à própria cooperativa, uma vez que não há como dissociar as duas organizações (Bialoskorski Neto, 2001). Não há como dissociar a dupla qualidade existente no sistema cooperativista exercido pelo cooperado.

Tal consideração acima apontada é discutida por Simioni *et al.* no momento em que estes entendem que “a qualificação do quadro social faz parte da visão sistêmica”, uma vez que “contribui para o crescimento de cada um [dos cooperativados] individualmente, dos grupos e da sociedade como um todo”. Os autores também sustentam que “as cooperativas atuam em um ambiente fortemente influenciado

pela questão política, que, por sua vez, estabelece forte ligação entre associado e cooperativa”, ou seja, “é nesse contexto que se constroem as relações de lealdade, uma vez que essas organizações compartilham interesses e oferecem possibilidades de mútua sustentação” (Simioni *et al.*, 2009, p. 744).

Neste ponto, há de se lembrar a questão do capital social levantada por Silva e Oliveira como um recurso de caráter relacional, que implica a inserção dos agentes em uma rede de relações sociais. Ele tende a ser um fator explicativo da hierarquia nas posições ocupadas pelos participantes de empreendimentos econômicos populares. Para os autores, as assimetrias existentes nas relações entre os agentes são explicadas, em grande medida, pela concentração de capital social por parte de um dos agentes, que “monopoliza as relações da cooperativa com agentes externos em posições institucionais privilegiadas”. Tal estoque significativo de capital social, concentrado por este agente, limita a “possibilidade de instituição de relações igualitárias entre os membros da cooperativa”, ao mesmo tempo em que “constitui-se um importante fator para o êxito do empreendimento, ao possibilitar o acesso a recursos e a oportunidades fundamentais para tal êxito” (Silva e Oliveira, 2009, p. 59).

Simioni *et al.* analisam a lealdade a partir de estudos sobre as empresas. Para os autores, a lealdade vai além de um “longo relacionamento de um cliente com uma determinada empresa”; na verdade, ela representa “um sentimento de afinidade ou ligação com produtos ou serviços de uma empresa” que se manifesta “quando os clientes gastam ou concentram a maior parte ou a totalidade de seus orçamentos com a empresa” (Simioni *et al.*, 2009, p. 745). No sentido proposto, o comportamento e a atitude do cliente nem sempre estariam positivamente relacionadas, uma vez que há uma relação de confiança e prestação de um serviço que sofre influências de outros fatores, além da lealdade, no processo de decisão de compra. Tais fatores “podem causar efeitos substanciais em mercados muito competitivos com pouca diferenciação entre produtos [...], o que resulta no surgimento de lealdade falsa determinada por comportamento de compra regular e atitude desfavorável” (Simioni *et al.*, 2009, p. 745).

Os valores embutidos nas relações sociais existentes nas cooperativas se constituem em fatores intrinsecamente relacionados com a lealdade. Os indivíduos que compartilham dos

mesmos valores respondem de forma semelhante. A construção de uma cultura cooperativa e solidária atravessa as relações e valores compartilhados entre os agentes do empreendimento solidário.

## O desenvolvimento das cooperativas e a lealdade

Ao analisar a relação entre lealdade e desenvolvimento dos empreendimentos solidários, especificamente as cooperativas, Simioni *et al.* destacam o conceito de Economia dos Custos de Transação (ECT). Tal conceito enfatiza a percepção de que na negociação ocorrida por meio do mercado “existem ‘custos de transação’, advindos da busca de informação, negociação e formulação de contratos”. Desta forma, “a decisão de uma transação organizada dentro da firma (hierarquicamente) ou entre firmas autônomas (via mercado) depende dos custos de transação a ela associados”. Ou seja, as transações entre agentes econômicos sempre envolvem riscos de que “os elementos acordados entre eles não se efetivem”. Para se evitar tal quadro, “mecanismos e estruturas de governança são adotados com o objetivo de reduzir tais riscos e suas consequências” (Simioni *et al.*, 2009, p. 748). Quanto aos custos,

*os custos associados à transação estão relacionados aos custos ex ante e ex post. Os primeiros referem-se aos custos de coleta e processamento de informações, de negociações e estabelecimento de salvaguardas. Já os custos após a realização do contrato são de negociação, monitoramento e de adaptações a circunstâncias não previstas inicialmente. Estes decorrem de dois pressupostos comportamentais: racionalidade limitada e oportunismo (Simioni et al., 2009, p. 748).*

A hipótese da Racionalidade Limitada se relaciona com a capacidade cognitiva limitada dos agentes, em princípio racionais, mas que apresentam limites frente aos ambientes macro complexos (político, econômico, social, etc.), além da impossibilidade de antecipação de eventos futuros. Pela Racionalidade Limitada, a tomada de decisão é entendida como “um esforço para escolher opções satisfatórias, mas não necessariamente ótimas” (Secchi, 2010, p. 41). O modelo racional entende como basilar para a análise, o cumprimento eficiente de metas; assim como requer informações, capacidade preditiva sobre consequências; competência para os cálculos de custos e benefícios, etc. (Rua, 2009).

Já o oportunismo compreende a busca do próprio interesse, “associada a intenções dolosas de manipular ou distorcer informações de maneira a confundir a outra parte da transação”. Do oportunismo “decorre a incerteza na avaliação do comportamento de outros agentes ligados à transação” (Simioni *et al.*, 2009, p. 749).

Pelo apreendido pela Racionalidade Limitada e Oportunismo, entende-se que, no momento em que o contrato é formalizado pelos agentes da cooperativa, não há garantias de que a produção será entregue. Ou seja, os contratos entre os agentes e o empreendimento, inicialmente solidário, e que supõe *a priori* uma solidariedade e respeito mútuo, são na verdade incompletos, o que pode permitir a existência de atitudes oportunistas. Como não há capacidade preditiva suficiente a fim de avaliar os participantes e seus futuros comportamentos, a racionalidade limitada implica a ocorrência de situações *ex post* que, por sua vez, implicarão efeitos na natureza dos custos de transação das cooperativas. Isto significa que há o claro risco da perda dos preceitos do cooperativismo apregoados por Rochdale.

A perda desses preceitos implica custos não somente econômicos, mas também sociais e políticos envolvidos em todo o processo produtivo e institucional da cooperativa. Para Simioni *et al.*, a relação entre cooperativas e cooperados “envolve custos de transação mediante a realização dos contratos”, ou seja, “as cooperativas realizam investimentos que necessitam do cumprimento contratual de seus cooperados”. Por conta disso, “o comportamento desleal dos cooperados caracterizado por ações oportunistas leva a um aumento dos custos de transação” (Simioni *et al.*, 2009, p. 751).

Quanto à deslealdade, podemos apontar que tais ações se relacionam às situações comuns existentes nas mais diversas cooperativas brasileiras e envolvem aspectos que priorizam? a sobrevivência ou os interesses individuais em detrimento de um projeto coletivo. Quando tais ações oportunistas são executadas pelo cooperado, o contrato de confiança é rompido, e, segundo Simioni *et al.* (2009, p. 751), estabelece-se uma “atuação de auto-defesa”, caracterizada pela teoria da agência “como uma relação oportunista”.

Desta forma, questiona-se: quais as ações desenvolvidas pelas cooperativas na promoção da lealdade entre seus associados?

Simioni *et al.* (2009) realizaram um estudo que verifica as ações para manutenção da lealdade, na visão dos cooperados e dos dirigen-



tes das cooperativas. Para manter a lealdade, as cooperativas se voltam aos associados e não ao mercado. Entre as ações, na visão dos cooperados, estão: o bom atendimento aos associados, assistência técnica e formação, fornecimento de crédito, bons prazos de pagamento e desenvolvimento da ação social. Tais medidas representam uma ação social, uma vez que a cooperativa, inicialmente, não tem condições de enfrentamento direto com o mercado, principalmente em relação aos preços e condições de pagamento. Ainda nisso, as cooperativas visualizam ações de apoio tecnológico e de idoneidade de relações, o que seria compartilhado pelos cooperados, no estudo organizado pelos autores.

As ações com vistas ao desenvolvimento e fortalecimento da lealdade passam pela educação cooperativa, na qual se enfatiza a importância do cooperativismo “como forma de organização dos produtores” e de contraposição à cultura organizacional das relações sociais geralmente enraizadas nas cooperativas, a exemplo do paternalismo e do personalismo, que “privilegiam relações pessoais em detrimento das formas coletivas (Simioni *et al.*, 2009, p. 758).

Já para os dirigentes das cooperativas, “o envolvimento de toda a família do cooperado nas ações da cooperativa, nos aspectos sociais, de saúde e educação no meio rural”, na visão deles mesmos, “contribui para a obtenção de melhores resultados econômicos e para a maior qualidade de vida”. Para os dirigentes, tais ações “promovem maior satisfação dos produtores com a cooperativa, aumentando sua lealdade”, opinião também compartilhada entre os cooperados (Simioni *et al.*, 2009, p. 758).

Por outro lado, é sabido que o trabalho cooperado encontra-se no desafio de enfrentar o mercado competitivo e, paralelamente, manter a lógica do apoio cooperativo, formado a partir da ação coletiva. Gutiérrez observa que “a produção e a organização são hoje, na América Latina, os componentes substantivos e sustentadores de todo o processo de educação popular” (Gutiérrez, 2001, p. 100). O autor destaca que, na educação socialmente produtiva, em que a produção, a organização e a educação compõem um processo integrador e relacional, existe uma relação sociopolítica, que, segundo, Santos e Deluiz, “amplia o entendimento dos fatores econômicos, organizacionais e educativos gerados nas economias populares” (Santos e Deluiz, 2009, p. 333).

Quanto à educação popular, esta, que “tinha seus objetivos mais centrados na política e na transformação da sociedade”, todavia, sofre um redirecionamento para “as questões do indivíduo, sua cultura e suas representações” (Santos e Deluiz, 2009, p. 332), posteriormente se reorientando para “intervenções no terreno da consciência, da ideologia e da cultura” (2009, p. 332). Ainda segundo os autores, a educação popular possui o enfoque educativo direcionado aos grupos à margem do sistema formal de ensino e vai além do campo educativo, abrangendo o campo político, considerando a exclusão e os oprimidos do sistema social (Santos e Deluiz, 2009).

Na perspectiva da educação popular, Gohn apresenta o conceito de educação crítica não formal como “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (Gohn, 2006, p. 28). Seus resultados esperados são “a conscientização e a emancipação dos indivíduos e grupos e a construção de conhecimento sobre o mundo e as relações sociais que os circundam”. Paralelamente, prepara os cidadãos para a vida e suas adversidades, “dando-lhes condições de desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos e de luta para serem reconhecidos como iguais, dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, entre outras)” (Santos e Deluiz, 2009, p. 333).

Tais argumentos apresentados pelos autores nos parágrafos acima apontam que as cooperativas necessitam desenvolver uma cultura organizacional pautada pelo cooperativismo e pela solidariedade. No momento em que os contratos entre os agentes e o empreendimento solidário são formalizados, ainda que inicialmente sejam “criados no sentido de uma economia que seja solidária, não há garantias de que o comportamento dos agentes seja pautado pelos ideais cooperativistas, uma vez que a racionalidade limitada dos agentes muitas vezes não permite observar a existência de tais ideais no momento em que os contratos foram celebrados. Por conta disso, é necessário o investimento nos processos formativos voltados à educação e ao desenvolvimento das cooperativas pautadas pela solidariedade e cooperação, com vistas à criação e manutenção da lealdade aos compromissos do empreendimento solidário e ao projeto coletivo.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da educação crítica nas cooperativas permite que

os agentes reconheçam a sua importância fundamental no processo como um todo. Os valores essenciais do cooperativismo são introjetados e enraizados. Os agentes não adquirem conhecimentos apenas no sentido de alfabetização, mas desenvolvem um senso crítico sociopolítico e econômico, uma vez que passam a ter maior noção do espaço macro em que o empreendimento está envolto, além de aspectos das relações sociais e de responsabilidade quanto ao próprio empreendimento e aos outros agentes.

A educação crítica permite que os agentes tenham o pleno conhecimento da dupla qualidade intrínseca do cooperativismo: a de serem paralelamente proprietários e provedores da força de trabalho. Neste sentido, os agentes compreendem que, no empreendimento solidário, não existem aquele(s) que dirige(m) e aquele(s) que fornece(m) a força de trabalho. Pelo contrário, todos são responsáveis pelo projeto coletivo, uma vez que todos são proprietários.

Por outro lado, ao reforçar tal aspecto, retira-se a ideia de que o dirigente é o único sabedor dos caminhos essenciais ao sucesso da cooperativa. Neste sentido, a principal contribuição da educação popular crítica é a de reorganizar o capital social existente no empreendimento solidário. Desta forma, procura-se evitar ações oportunistas ou espaços em que o oportunismo venha a surgir.

É possível, portanto, que no contexto da produção cooperativa e solidária a educação popular encontre novos caminhos e alternativas de ação, onde o trabalho socialmente produtivo seja também educativo. A solidariedade passa a ser enfocada tanto nos processos de economia popular quanto nos de organização e de educação popular (Santos e Deluiz, 2009, p. 333).

Por fim, a deslealdade, segundo os resultados dos estudos de Simioni *et al.*, “é vista sob a ótica de um desvio de conduta do cooperado e não como um problema a ser discutido no interior da lógica cooperativa”. Por conta disso, a reconstrução da lealdade, no caso dos cooperados, está apoiada em “mudanças internas na estrutura cooperativa do ponto de vista de sua competitividade com o mercado e do atendimento das necessidades básicas do cooperado no que diz respeito a sua sobrevivência imediata”.

As estruturas da cooperativa devem observar que as pessoas se associam ao empreendimento possuindo interesses individuais,

ainda que sob a ótica da solidariedade e participação. Os empreendimentos não devem ficar alheios a isso. As pessoas devem sentir que evoluem em suas aspirações individuais ao passo em que o empreendimento também evolui. E é aqui que a lealdade tem papel fundamental. Um empreendimento que valoriza as aspirações individuais, num contexto de solidariedade, observa a lealdade no sentido de que a pessoa que se associa tem a possibilidade de mudar de vida, trabalhando no empreendimento, empregando seu esforço junto a outros para a consecução dos objetivos do mesmo, tendo em mente que os seus objetivos individuais também são observados pelo empreendimento. É uma via de mão dupla, mas que não pode ser visualizada sob uma ótica oportunista. Sob a ótica oportunista, cada lado tenta apenas observar as suas positivities no processo. E isso não pode ocorrer. Os ajustes devem ser organizados por ambos os lados. Se não forem ajustados mutuamente, o oportunismo é evidente.

Desta forma,

*novamente é perceptível a questão do oportunismo nas duas esferas, dos dirigentes e dos cooperados, visto que a lealdade está condicionada à manutenção do status quo de cada um, relegando os valores cooperativistas de igualdade, coletividade e solidariedade a um segundo plano (Simioni et al., 2009, p. 759).*

As relações de confiança não são fortalecidas, os custos de transação são elevados, uma vez que os esforços não são voltados ao projeto coletivo, mas ao atendimento de interesses individuais, ou seja, os custos do projeto são socializados, e os benefícios concentrados. Neste sentido, o empreendimento dito “solidário” nada diferiria de um empreendimento capitalista.

Santos e Deluiz (2009, p. 338-339) já sinalizam que um dos desafios a ser enfrentado pelas cooperativas e pela Economia Popular e Solidária como um todo está na “demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas e as práticas conservadoras do terceiro setor, que pretendem assegurar a hegemonia das elites dominantes na condução dos processos sociais”. Os autores ainda salientam que,

*embora as cooperativas populares venham exercendo uma ponte entre as práticas comunitárias e as demais organizações sociais de ordem mais complexa, aquelas acabam recebendo apoio político tendo em vista seu papel no apaziguamento das*

*demandas sociais e na reprodução/manutenção da estrutura da comunidade, através do controle por grupos majoritários e/ou da cooptação das lideranças (Santos e Deluiz, 2009, p. 339).*

As cooperativas estão inseridas em um ambiente competitivo. Em função da sobrevivência, seus agentes podem adquirir um comportamento de autodefesa que “quebra” a lealdade ao propósito coletivo e aos ideais cooperativos. Por outro lado, tal sobrevivência é apenas dos interesses individuais, uma vez que não representa o corpo coletivo. A lealdade é fundamental à real sobrevivência do empreendimento solidário, pois conduz ao que Simioni *et al.* (2009, p. 760) apontam como “vínculos de permanência suficientemente fortes, a ponto de serem resistentes à influência do meio externo”.

Na relação entre dirigentes e cooperados existe uma tendência “ao atendimento das demandas individuais, que caracterizam o oportunismo recíproco, em detrimento daquelas derivadas da filosofia cooperativista”. Quando estas relações de lealdade não são mantidas, as cooperativas “não têm instrumentos suficientemente fortes para romper o contrato ou restabelecer os padrões de lealdade necessários à relação”. Uma vez rompida a lealdade, as cooperativas não conseguem renegociar, em um tempo viável, “as adaptações necessárias à manutenção de um relacionamento, ainda que em diferentes patamares do que aqueles originalmente contratados” (Simioni *et al.*, 2009, p. 760).

Uma possível solução seria o investimento das cooperativas em projetos de educação popular, principalmente em projetos que vão além da alfabetização e perpassem um contexto crítico nesse processo educativo, no que toca a aspectos socioeconômicos e políticos. Trata-se de uma salvaguarda à própria cooperativa e ao próprio sistema solidário na economia. A Economia Popular e Solidária pressupõe uma associação entre iguais, contudo, a mesma não garante que a solidariedade seja percebida como basilar ao processo produtivo e ao desenvolvimento do empreendimento.

As relações entre cooperação e oportunismo são muito frágeis quando o capital social existente na cooperativa não é uniforme. Quando uns poucos agentes concentram o capital social, mais favorável é o cenário para o aparecimento de comportamentos oportunistas. Interesses coletivos dão lugar a interesses individuais, e o projeto coletivo se transforma.

Por fim, há espaço para a construção de uma economia que seja solidária, assim como há espaço para a solidariedade na economia. Contudo, necessitam-se meios para a manutenção da solidariedade e a sua não “contaminação” por objetivos individuais. A lealdade, neste sentido, é fundamental à sobrevivência, não somente da cooperativa ou do empreendimento solidário em si, mas é basilar à sobrevivência dos ideais de cooperação, coletividade e solidariedade. O maior desafio não é o de erguer um empreendimento solidário, mas mantê-lo solidário.

## Considerações finais

Uma Economia Popular e Solidária que se proponha a incitar a solidariedade na economia só pode ser empreendida sobre bases igualitárias pelos que se associam para produzir, comercializar ou poupar. Contudo, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, a competitividade inevitavelmente faria surgir empreendimentos melhores e outros nem tanto, em função de vários aspectos e também da inclinação das pessoas que as compõem. Não há como ignorar também os conflitos de interesses internos das cooperativas, obstáculos por vezes de difícil resolução.

Ainda que nascidas sob preceitos cooperativistas e solidários, as cooperativas inserem-se em um cenário em que prevalecem as desigualdades, nos mais diversos aspectos (econômico, social, político, institucional, etc.), que impactam na própria forma de associação entre as pessoas e entre as cooperativas. Ou seja, entre os que estão à margem, ainda há a reprodução de desigualdades operando. As relações sociais são díspares, e este é o desafio dos sistemas cooperativistas: iniciar as bases pautadas pela igualdade e mantê-las posteriormente.

Um empreendimento solidário é criado, *a priori*, sobre bases igualitárias. Seus associados, primeiramente, estão voltados em esforços conjuntos ao pleno desenvolvimento das atividades cooperativistas. Por outro lado, a cooperativa está inserida em um sistema que espera e fomenta competitividade e consumo latentes. A lógica do capital que permeia as relações da Economia Popular e Solidária e dos Empreendimentos solidários pode não estar intrinsecamente associada ao mercado ou ao Estado; todavia, elas não estão imunes ao capitalismo.

A linha imperceptível entre a solidariedade e a competição marca a existência das co-

operativas. A lógica competitiva de mercado vai atravessar as relações sociais e o capital social das cooperativas, exigindo a maximização de resultados econômicos. Por um lado, as cooperativas necessitam de recursos para a manutenção do empreendimento. Por outro, podem empregar estratégias que desestruturam os princípios cooperativistas. O maior risco deste processo é o desvio do modelo solidário instituído pelo cooperativismo e sua troca pelo modelo capitalista, de caráter “racional” e instrumental.

A cooperativa, neste caso, passa a transformar seu capital social, que, inicialmente, seria a solidariedade e o espírito do cooperativismo. Desta forma, perde-se a solidariedade na economia que quer ser solidária, e a cooperativa se transforma em uma empresa comum. Uma vez perdido o compromisso solidário com a cooperativa, a probabilidade de o empreendimento fracassar ou engrenar positivamente de vez (em bases capitalistas) é grande. O fracasso adviria da quebra da solidariedade, e o impulso “positivo” do fato da instituição da competição entre os membros.

No momento em que os contratos entre os agentes e o empreendimento solidário são formalizados, ainda que inicialmente sejam “criados” no sentido de uma Economia Popular e Solidária, não há garantias de que o comportamento dos agentes seja pautado pelos ideais cooperativistas, uma vez que a racionalidade limitada dos agentes não permitiu observar a existência de tais ideais no momento em que os contratos foram celebrados.

Por conta disso, é necessário o investimento nos processos formativos voltados à educação crítica e ao desenvolvimento das cooperativas pautadas pela solidariedade e cooperação com vistas à criação e manutenção da lealdade aos compromissos do empreendimento solidário e ao projeto coletivo. Mas essa é uma via de mão dupla: requer esforços tanto dos associados quanto do empreendimento em si, uma vez que na proposta da Economia Popular e Solidária uma associação entre iguais em si não garante que a solidariedade seja percebida como basilar ao processo produtivo e ao desenvolvimento do empreendimento.

As relações entre cooperação e oportunidade são muito frágeis quando o capital social existente na cooperativa não é uniforme. Necessitam-se meios para a manutenção da solidariedade e a sua não “contaminação” por objetivos individuais apenas, um ajuste mútuo entre interesses dos associados e do

empreendimento. A lealdade, neste sentido, é fundamental à sobrevivência, não somente da cooperativa ou do empreendimento solidário em si, mas é basilar à sobrevivência dos ideais de cooperação, coletividade, solidariedade e autogestão.

## Referências

- BARBOSA, R.N. 2007. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Cortez, 317 p.
- BIALOSKORSKI NETO, S. 2001. Agronegócios cooperativos. In: M. BATALHA, *Gestão agroindustrial*. São Paulo, Atlas, p. 628-654.
- CONCEIÇÃO, M. 2003. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, Editora Átomo, 193 p.
- GOHN, M. 2006. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(50):27-38. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 31/12/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>
- GUTIÉRREZ, F. 2001. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: M. GADOTTI; F. GUTIÉRREZ (orgs.), *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo, Cortez, p. 23-33.
- KRUEGER, G. 2003. *Cooperativas de trabalho na terceirização*. Belo Horizonte, Mandamentos, 168 p.
- ROSA, A.; TURETA, C.; BRITO, M. 2006. Resíduos sólidos e políticas públicas: reflexões acerca de uma proposta de inclusão social. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 8(2):257-267. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43821/2/%2809%29%20Artigo%2005.177.pdf>. Acesso em: 29/12/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>
- RUA, M. 2009. *Políticas Públicas*. CAPES, UAB, 130 p.
- SANTOS, A.; DELUIZ, N. 2009. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(2):329-353. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462009000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29/12/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000200008>
- SECCHI, L. 2010. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning, 133 p.
- SILVA, M.; OLIVEIRA, G. 2009. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. *Revista Katálysis*, 12(1):59-67. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802009000100008&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100008&lng=en)

&nrm=iso. Acesso em: 29/12/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000100008>  
SIMIONI, F.J.; SIQUEIRA, E.; BINOTTO, E.; SPERS, E.; ARAÚJO, Z. 2009. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(3):739-765. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_)

arttext&pid=S0103-20032009000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29/12/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000300010>  
SINGER, P. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.

Submetido: 14/12/2013

Aceito: 29/08/2014